



Imagem gerada por IA

CON JUN TURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

DESTAQUE INTERNACIONAL

A ESCALADA ENTRE ESTADOS UNIDOS, ISRAEL E IRÃ E SEUS EFEITOS SISTÊMICOS

P.3

TEMPERATURA DO CONGRESSO
PEC DA SEGURANÇA
PÚBLICA MARCA
RETOMADA DO RITMO
DELIBERATIVO P.6

ELEIÇÕES 2026
TSE ORGANIZA
CALENDÁRIO E REGRAS
PARA NOVO CICLO
ELEITORAL P.9

ACONTECEU NA FRB
FRB INICIA 2026
LEVANDO O
PREPARAÇÃO PARA
VÁRIAS CIDADES
BRASILEIRAS P.12

VISÃO DO ESPECIALISTA
TRAGÉDIAS URBANAS
REVELAM A FALTA DE
PREVENÇÃO NAS CIDADES
BRASILEIRAS P.16



**CON
JUN
TURA**
REPUBLICANA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

2025 – Fundação Republicana

Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE

ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Pedro Mendes - NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

JORNALISTA/REVISORA:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



*Aprenda como o jogo
funciona **de verdade***

ASSESSORIA PARLAMENTAR E RIG

curso rápido
& gratuito

Inscreva-se agora



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A ESCALADA ENTRE ESTADOS UNIDOS, ISRAEL E IRÃ E SEUS EFEITOS SISTÊMICOS

No último sábado (28/02), Estados Unidos e Israel realizaram um ataque coordenado contra o Irã, elevando rapidamente as tensões no Oriente Médio

A ofensiva foi seguida por reações iranianas direcionadas a países da região, incluindo Israel e nações que abrigam bases militares americanas, ampliando o risco de uma escalada regional.

O Irã, com mais de 90 milhões de habitantes, é governado por uma teocracia consolidada após a Revolução Islâmica de 1979.

Embora possua instituições formais, como presidente e parlamento, o poder está concentrado no líder supremo, o aiatolá, que exerce autoridade final sobre decisões políticas, militares e religiosas, tornando o regime menos suscetível a pressões externas.

As justificativas oficiais de Washington e Tel Aviv envolvem preocupações com a segurança internacional, especialmente com o avanço do programa nuclear iraniano.

Entretanto, o ataque ocorreu em meio a negociações diplomáticas entre Estados Unidos e Irã sobre o tema. Para parte dos analistas, a ofensiva indica uma estratégia de pressão militar para redefinir os termos da negociação, elevando o custo político de Teerã em manter sua posição.

Os impactos econômicos já são perceptíveis. O Irã anunciou o fechamento do Estreito de Ormuz, rota por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial, provocando alta nos preços da energia.

Para o Brasil, os efeitos são ambíguos, pois a valorização do petróleo pode beneficiar exportações e receitas da Petrobras. No entanto, o país também depende da importação de combustíveis refinados e fertilizantes, o que tende a pressionar a inflação e os custos agrícolas.

Além disso, no plano internacional, juristas alertam que ataques preventivos baseados em alegações de ameaça iminente podem enfraquecer o sistema jurídico internacional estabelecido após a Segunda Guerra Mundial.

Mais do que um episódio isolado, o conflito reflete um cenário mais amplo de erosão da ordem internacional, marcado pelo enfraquecimento de instituições multilaterais e pela crescente disposição das potências em recorrer ao uso da força para resolver disputas estratégicas.

PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA MARCA RETOMADA DO RITMO DELIBERATIVO

Com o fim do período de menor atividade legislativa associado ao Carnaval, a Câmara dos Deputados voltou a apresentar maior intensidade deliberativa

Entre as matérias que avançaram nas últimas semanas, destaca-se a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 18/25) da Segurança Pública, tema debatido ao longo dos últimos meses e que ocupa posição central na agenda política nacional.



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A proposta foi aprovada em dois turnos no plenário da Câmara e agora segue para apreciação do Senado Federal, consolidando um dos movimentos legislativos mais relevantes deste início de ano.

A PEC busca ampliar mecanismos de coordenação entre União, estados e municípios no enfrentamento ao crime organizado e na gestão das políticas de segurança pública.

Entre os pontos discutidos durante a tramitação estão mudanças na estrutura de financiamento do setor, regras de distribuição de recursos e dispositivos voltados ao fortalecimento da cooperação federativa.

O debate também envolveu ajustes no texto ao longo da negociação parlamentar, refletindo a tentativa de acomodar diferentes visões sobre o papel da União e o grau de centralização das políticas de segurança.

Do ponto de vista político, a tramitação da proposta revela uma convergência relevante em torno da prioridade conferida ao tema da segurança pública.

Trata-se de uma agenda que mobiliza parlamentares de diferentes espectros ideológicos e que ganha maior visibilidade em ciclos pré-eleitorais, quando pautas associadas à percepção de ordem pública tendem a ocupar espaço central no debate político.

Paralelamente, o retorno das atividades após o Carnaval também reativou discussões em outras frentes legislativas, incluindo temas institucionais e propostas relacionadas à organização do sistema político.

Nesse contexto, a aprovação da PEC da Segurança Pública funciona como um indicador da atual temperatura do Legislativo: um ambiente que combina a retomada da atividade parlamentar, a construção de maiorias em torno de pautas de forte apelo público e o posicionamento estratégico das bancadas diante do horizonte eleitoral que se aproxima.



Luiz Roberto/TSE

TSE ORGANIZA CALENDÁRIO E REGRAS PARA NOVO CICLO ELEITORAL

A aprovação do calendário eleitoral de 2026 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marca o início da organização institucional do próximo ciclo político

A definição dos prazos oferece previsibilidade ao processo eleitoral e orienta a atuação de partidos e candidatos.

O primeiro turno das eleições gerais está marcado para 4 de outubro de 2026, quando serão escolhidos o presidente da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais ou distritais.

Entre os marcos do calendário está o prazo para regularização do título ou transferência de domicílio eleitoral, que se encerra em 6 de maio, data em que o cadastro eleitoral é fechado.

O TSE também aprovou normas que regulamentam o uso de inteligência artificial nas campanhas, estabelecendo parâmetros para a utilização dessas tecnologias.

Do ponto de vista institucional, a definição antecipada do calendário e das regras contribui para estruturar o ambiente político que antecede as eleições e orienta o planejamento das estratégias partidárias para o próximo ciclo eleitoral.

FUNDAÇÃO REPUBLICANA LEVA CAPACITAÇÃO ELEITORAL A CIDADES BRASILEIRAS

Moradores de diversas comunidades receberam a Fundação com seu treinamento eleitoral

A Fundação Republicana Brasileira (FRB) iniciou 2026 com uma agenda de atividades voltadas à formação política e cidadã. Com o objetivo de incentivar a participação da população em suas comunidades, a instituição tem levado projetos e treinamentos a diferentes regiões do país.



Arquivo FRB

No mês de fevereiro, a Fundação percorreu cidades com o projeto Preparação FRB 2026 – Lideranças do Futuro, realizando quatro eventos de capacitação: três no estado do Pará e um no Amapá. Nos municípios paraenses, os encontros foram voltados à Capacitação em Comunicação Política e Assertiva, preparando lideranças, pré-candidatos e equipes para aprimorar o diálogo com a população.

No Pará, onde há uma Subseção da FRB, consultores e palestrantes conduziram encontros em diferentes municípios, reunindo lideranças locais, pré-candidatos e equipes de apoio em momentos de aprendizado e troca de experiências voltados à realidade política da região.

A agenda também passou por Macapá/AP, no dia 28 de fevereiro, reunindo lideranças, pré-candidatos, equipes de comunicação e a comunidade para discutir estratégias e desafios do ano eleitoral.



Arquivo FRB

Para a FRB, a política exige preparo, conhecimento e responsabilidade. Por isso, o PreparAção FRB 2026 percorre o Brasil promovendo capacitação, alinhamento e estratégia para quem deseja atuar na vida pública.



Arquivo FRB

O projeto também está disponível para estados que desejarem receber o treinamento. A solicitação pode ser feita pelo e-mail sc@fundacaorepublicana.org.br, ampliando o acesso à formação política em todo o país.

Por: Mazé Rodrigues – Ascom FRB

Fotos: Equipes do Republicanos e FRB



FRB INDICA

A obra Lei do Cão-Guia apresenta a íntegra da Lei Federal nº 11.126, que assegura às pessoas com deficiência visual o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhadas de cão-guia.

O conteúdo evidencia a importância dessa legislação para a promoção da acessibilidade, da inclusão social e do respeito aos direitos das pessoas com deficiência visual.

TRAGÉDIAS URBANAS REVELAM A FALTA DE PREVENÇÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS

Todos os anos, o período chuvoso expõe um problema estrutural das cidades brasileiras. Alagamentos, deslizamentos e famílias obrigadas a deixar suas casas passam a ocupar o noticiário

À primeira vista, esses episódios parecem ser consequência da intensidade das chuvas, mas também revelam problemas na forma de ocupação das cidades e nas políticas de prevenção. Muitas cidades cresceram com ocupação em áreas suscetíveis a desmoronamentos e sistemas de drenagem que não acompanharam o crescimento urbano.

Foto: Arquivo FRB



MARIANA PIMENTEL

Graduada em Relações Internacionais e pós-graduada em Assessoria Parlamentar, com especialização em Direito Legislativo e Direito Eleitoral. Atualmente, é consultora do Centro de Inovação Municipal (CIM) da Fundação Republicana Brasileira (FRB).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil estabelece mecanismos de cooperação entre União, estados e municípios para atuação em emergências, assistência à população atingida e reconstrução. No entanto, a gestão de riscos não se limita à resposta emergencial.

O orçamento federal contempla instrumentos voltados à redução das vulnerabilidades urbanas. Entre eles estão obras de drenagem, manejo de águas pluviais, estabilização de terrenos e intervenções em áreas de risco.

No campo do desenvolvimento urbano, iniciativas federais também apoiam projetos de macrodrenagem, urbanização de áreas vulneráveis e reassentamento de famílias que vivem em locais de risco.

Os municípios precisam identificar suas áreas mais vulneráveis, estruturar projetos e alinhar suas demandas às políticas públicas disponíveis no orçamento federal. Na prática, muitas vezes a mobilização de recursos ocorre

apenas depois que o desastre já aconteceu, quando a prioridade passa a ser reconstruir o que foi perdido. A prevenção exige diagnóstico territorial, planejamento urbano e capacidade técnica para transformar problemas locais em projetos viáveis.

Ao mesmo tempo, os municípios enfrentam forte pressão sobre suas finanças, com necessidade de redirecionar recursos para ações emergenciais e para a recuperação da infraestrutura urbana. Em um cenário de eventos climáticos cada vez mais intensos, fortalecer o planejamento urbano passa a ser central na gestão pública. Quando políticas públicas, planejamento e orçamento caminham juntos, é possível reduzir vulnerabilidades e proteger vidas.

Porque, no fim, a tragédia raramente começa com a chuva.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB).



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR